

Sombras do Império

BELÉM

PROJETOS, HESITAÇÕES E INÉRCIA

1941 — 1972

COORDENAÇÃO

João Paulo Martins

TEXTOS DE

Pedro Rito Nobre

Joana Brites

João Paulo Martins

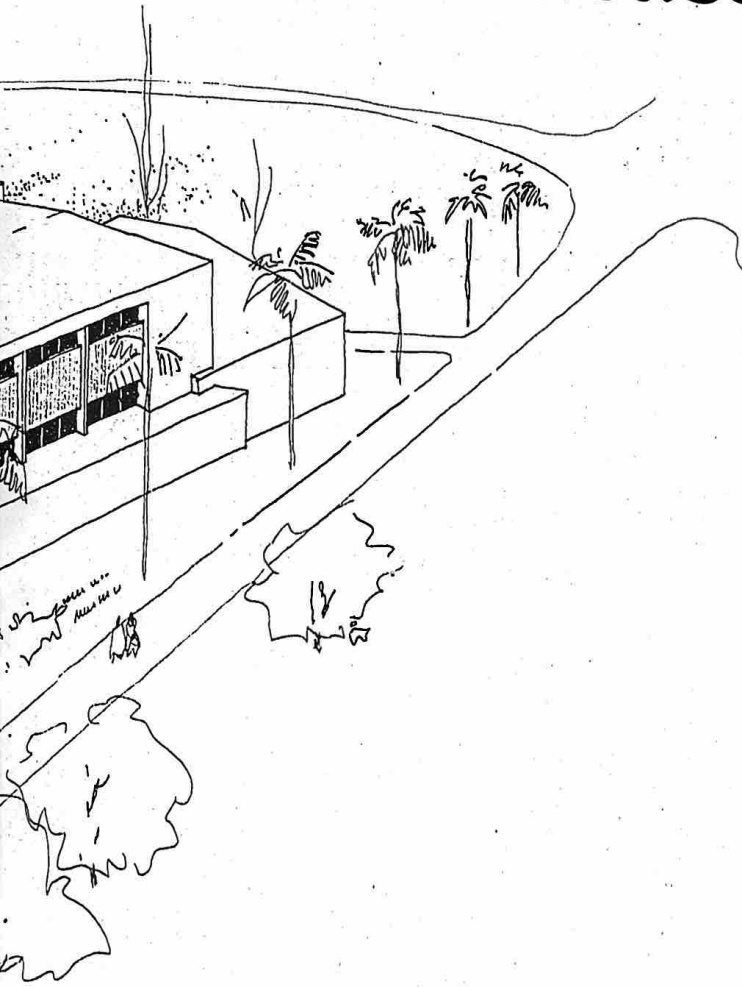
Sebastião Carmo-Pereira

Natasha Revez

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXXIII

Musealizar o império colonial português: arqueologia de um fracasso (1870-1976)

Joana Brites



MUSEU DO HOMEM

OS ARQUITECTOS

Amadeu
António

1. Sob o signo de exposições internacionais e nacionais

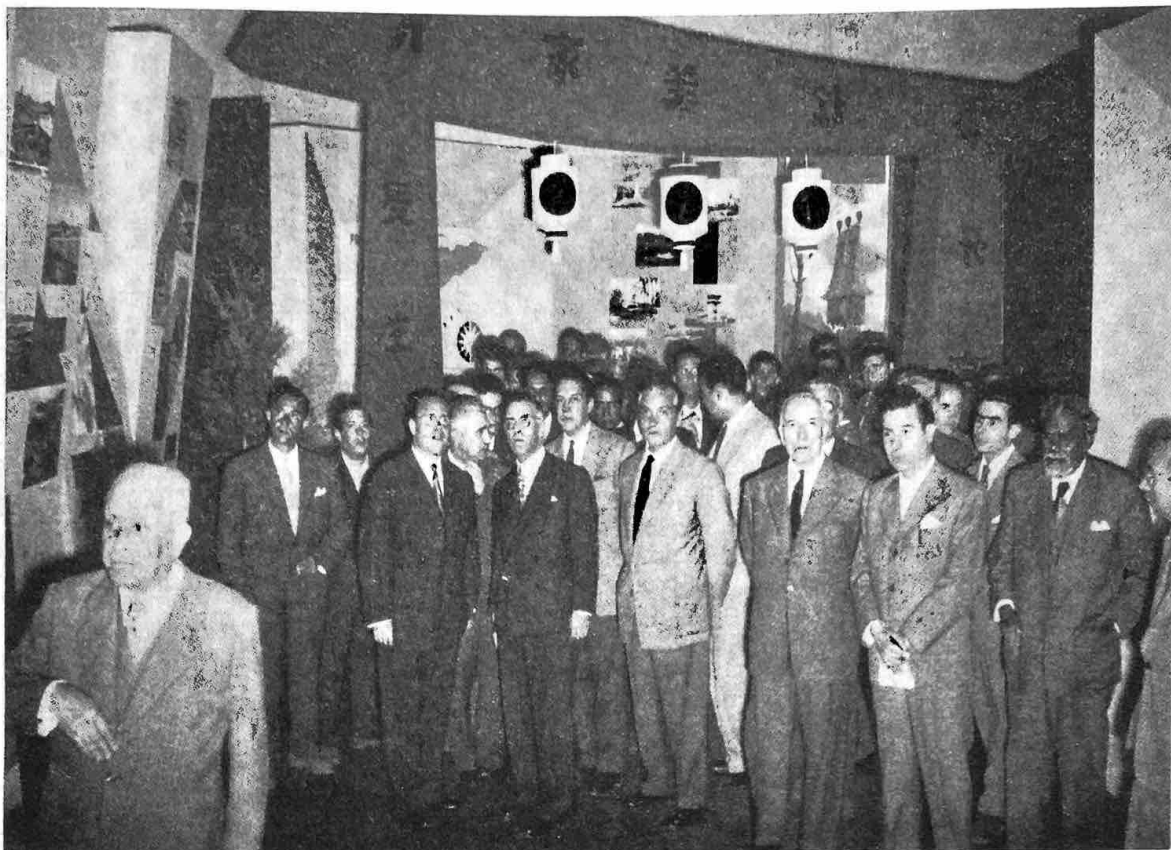
A intenção de musealizar o império colonial português tem um lastro histórico significativo. Os diferentes projetos para a sua concretização não só foram cristalizando leituras distintas daquele fenómeno histórico, como também veicularam objetivos científicos, pedagógicos e político-ideológicos que se foram transformando, pese embora a resiliência discursiva da pretensa «missão civilizadora» de Portugal. Mobilizando esforços estatais e privados, as tentativas de criar um museu dedicado aos espaços coloniais portugueses deram corpo a múltiplas e variadas iniciativas, com diversos públicos e alcances, díspares níveis de consenso na sua génese e — aspeto relevante — de inconsequência após o seu lançamento.

Em consonância com o ocorrido noutras potências coloniais europeias, e em articulação com a necessidade de afirmação e legitimação dos respetivos impérios num clima de crescente competição à escala global, o projeto de constituição de um museu colonial em Portugal ganha consistência na segunda metade do século XIX. A coleção com que Portugal se fez representar na Exposição Universal de Paris de 1867 constituiu a base do Museu Colonial de Lisboa, cujas coleções foram expostas ao público pela primeira vez em 1870, no Arsenal da Marinha¹. Criado sob a alçada da Direção-Geral do Ultramar, o museu, cujo regulamento se fixou a 26 de janeiro de 1871, tinha como fim «colligir, classificar, conservar e expor ao exame publico os diversos productos e quaesquer objectos que possam servir ao conhecimento, estudo economico e aproveitamento das variadas riquezas das nossas possessões ultramarinas»². Também aqui se revelou a distância entre a legislação e a realidade, particularmente notória no património jurídico relativo ao império colonial português em Oitocentos. Pesem embora a reunião de artefactos oriundos das colónias, a articulação com as diversas instituições nacionais detentoras de coleções coloniais e a organização da representação portuguesa em exposições internacionais, o museu era uma entidade frágil, com falta de financiamento, de pessoal e de instalações adequadas, o que implicava o encerramento por longos períodos³. Estas dificuldades foram reconhecidas pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar,

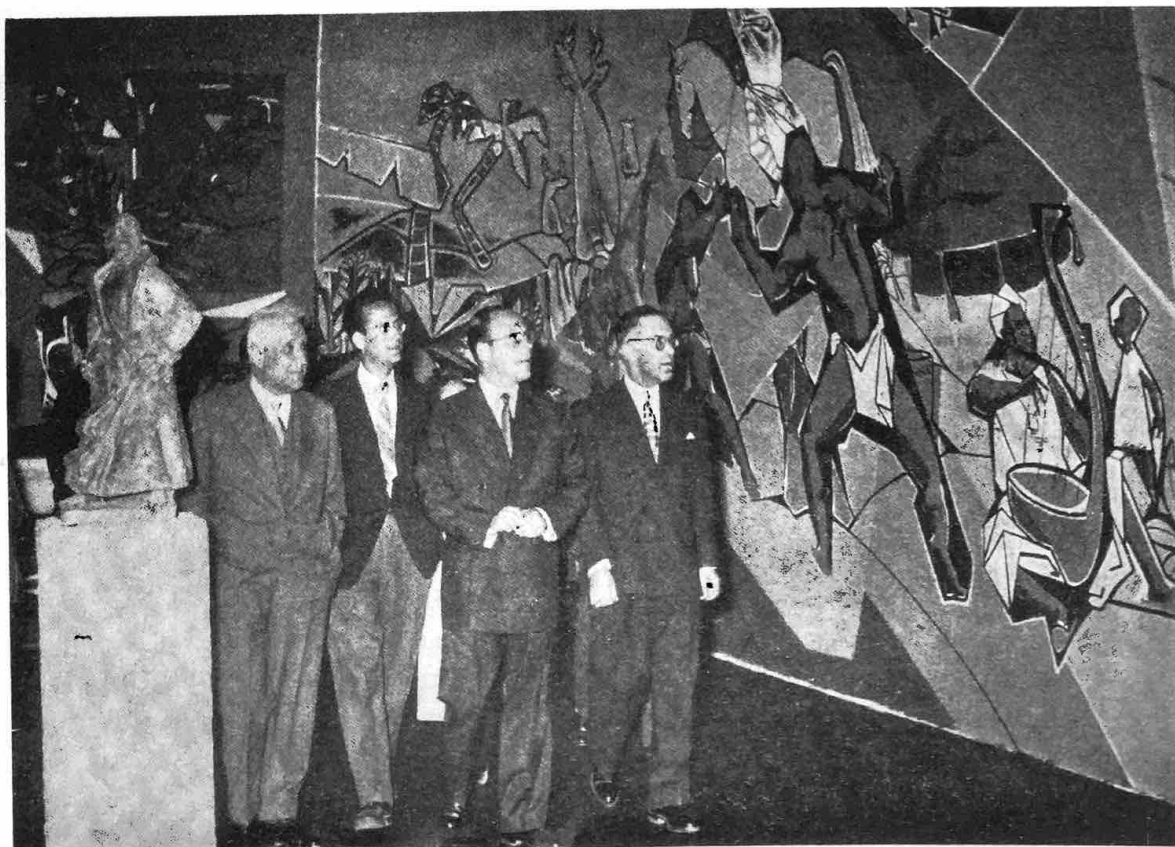
quando, em março de 1892, confiou o museu colonial à Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), instituição privada que desempenhou um papel fundamental na exploração científica dos territórios sob o domínio português em África. Da fusão do museu preexistente na SGL — um museu etnográfico de pendor colonial que abrira ao público em 1884 — com o que em 1892 lhe foi entregue, resultou o Museu Colonial e Etnográfico⁴.

A solução acabaria por se revelar limitada e em nada mitigada pela criação do Jardim e do Museu Agrícola Colonial no início do século XX (1906). Este, inaugurado oficialmente em 1929, no Palácio dos Condes da Calheta, em Belém, centrava-se na exposição de produtos agrícolas e florestais coloniais, incluindo também, ainda que em menor grau, fauna, utensílios domésticos e artefactos culturais⁵. Embora tenha contribuído para a representação portuguesa em grandes exposições internacionais⁶, o Museu Agrícola Colonial esteve longe de corresponder, em escopo e retórica persuasiva, ao que se esperava de um museu colonial.

A partir das primeiras décadas do século XX, face ao declínio da importância do Museu Colonial e Etnográfico no seio da SGL, às dificuldades em o manter, expor e atualizar, à impossibilidade de o desenvolver e expandir no edifício existente, bem como às potenciais vantagens de aproximar da tutela estatal uma estrutura museológica deste teor, recrudescem os apelos para a criação, ou reorganização em novas e amplas instalações, de um museu dedicado ao império colonial português. Tal como sucedera no século XIX, a reivindicação deste museu e os ensaios para a sua organização emergiram na sequência de grandes exposições internacionais, palcos de propaganda interna e externa de repertórios coloniais. Com efeito, tais propostas procuravam tornar perene e estável um conjunto de esforços e concretizações mais ou menos temporários. Além disso, tiravam partido da maior consciencialização, sintonia e pressão que as exposições internacionais despoletavam em torno do tema. É disso exemplo o plano de organização de um «Museu Etnográfico do Império Português»⁷, apresentado em 1934, no Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Cultural, organizado em paralelo com a Primeira



O senhor ministro do Ultramar inaugurando o Pavilhão da Agência-Geral na Feira Popular



Outro aspecto da inauguração

Exposição Colonial Portuguesa (Porto), por seu turno sucedânea da representação do país na Exposição Colonial Internacional de Paris (1931) e na Exposição Internacional Colonial, Marítima e de Arte Flamenga, de Antuérpia (1930). A proposta de 1934, da autoria de Luís Chaves, considerava a organização do museu por secções geográficas, a partir das quais se sintetizava a presença e influência portuguesa. Para tal, recorria, sobretudo, a cartografia e, em menor escala, a ilustrações, estátuas e lápides. Apesar de relativamente extenso, o documento apresentava um carácter bastante abstrato, sem conexão com bens patrimoniais concretos. A forma como designou a sua proposta — «Um plano como qualquer outro»⁸ — esclarecia, de resto, a sua natureza de exercício teórico. Saliente-se, não obstante, que, décadas depois, mais se viria a fazer com base em planos ainda menos sólidos.

Merecem destaque, também, as sinergias que se geraram em torno do projeto de um museu colonial entre 1937 e 1943, período marcado no plano nacional pela Exposição Histórica da Ocupação (Lisboa, 1937) e pela Exposição do Mundo Português (Lisboa, 1940); e, no plano internacional, pelas Exposições de Paris (1937), Nova Iorque e São Francisco (1939), nas quais o país se fez representar. A correspondência expedida em 1937 pelo diretor-geral interino do Fomento Colonial, Rui de Sá e Carneiro, dá conta de que se previa a construção em Lisboa de um «Palácio das Colónias», cujo programa se procurava então estabilizar, estando planeadas, entre outras, instalações para a SGL, incluindo o seu museu⁹. A designação «Palácio das Colónias» não era nova. Ela dera nome ao Palácio de Cristal, no Porto, quando recebeu a Primeira Exposição Colonial Portuguesa (1934)¹⁰. Mas a ideia de um equipamento deste tipo recuava pelo menos a 1928, altura em que foi avançada pelo presidente da SLG, José Capelo Franco Frazão¹¹. Tanto em 1928 como em 1937, o palácio foi imaginado como uma construção que agregaria não só um museu, mas

também as dependências de outros organismos oficiais relacionados com o império colonial português. A ideia ressurgiria nas décadas de 1940 e 1950.

Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, antropólogo e médico, docente da Universidade do Porto e chefe da Missão Antropológica de Moçambique (1937-1956), foi encarregado em 1938, pelo então ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado, de visitar os museus etnográficos de pendor colonial de Paris, Tervuren, Amesterdão, Berlim e Munique¹². É da sua autoria o documento «Bases para a Organização de Um Museu Colonial Português», redigido em 1939¹³ e apresentado no Congresso do Mundo Português, em 1940¹⁴. Paralelamente, nesse ano já se reunia na capital a comissão incumbida pelo ministro das Colónias de estudar «a organização do futuro Museu do Império»¹⁵. Os trabalhos foram suspensos em junho de 1940, «primeiro por motivo das Celebrações Centenárias e, depois, pelas dificuldades derivadas da guerra»¹⁶. Só no início de 1943 se recuperaram¹⁷ os vários pareceres que os membros da comissão haviam redigido em 1940, correspondentes às diferentes secções do museu: 1.ª) geografia, história e política; 2.ª) etnografia e arte colonial; 3.ª) economia, fomento (agricultura, comércio, indústria, obras públicas, administração, medicina) e ciências (geodesia, geologia, mineralogia, botânica e fauna)¹⁸.

A troca de correspondência coetânea entre a Direção-Geral de Fomento Colonial, o Instituto de Medicina Tropical e a Escola Superior Colonial a propósito das áreas necessárias às respetivas instalações, às quais acresciam, no último caso, uma casa para albergar os estudantes oriundos das colónias portuguesas¹⁹, revela a intenção de fazer avançar o edifício que os congregasse ao mesmo tempo que o do museu colonial. Tanto o plano de organização do museu como os programas propostos para aqueles organismos não tiveram seguimento. No entanto, a intenção de os pensar em conjunto consolidou-se e, na década seguinte, estaria no centro dos projetos pensados para Belém.

2. Um império em Belém

No início da segunda metade do século xx, Portugal ainda não possuía uma estrutura permanente de natureza pública dedicada à musealização do seu império colonial. Na capital, a par do lastro material da Exposição do Mundo Português, do fragilizado museu da

SGL e dos entretanto fundidos Jardim e Museu Agrícola Colonial, algumas iniciativas avulsas, com temáticas que se intercetavam com o colonialismo português, iam orquestrando, em Lisboa, a visibilidade do império. Refiram-se, a título de exemplo: a Exposição de Arte Sacra

Estudo da localização de novos edifícios públicos na Zona Marginal de Belém. Plano de conjunto (no original, os novos edifícios a construir são destacados a vermelho). Luís Cristino da Silva. 29 de maio de 1954.

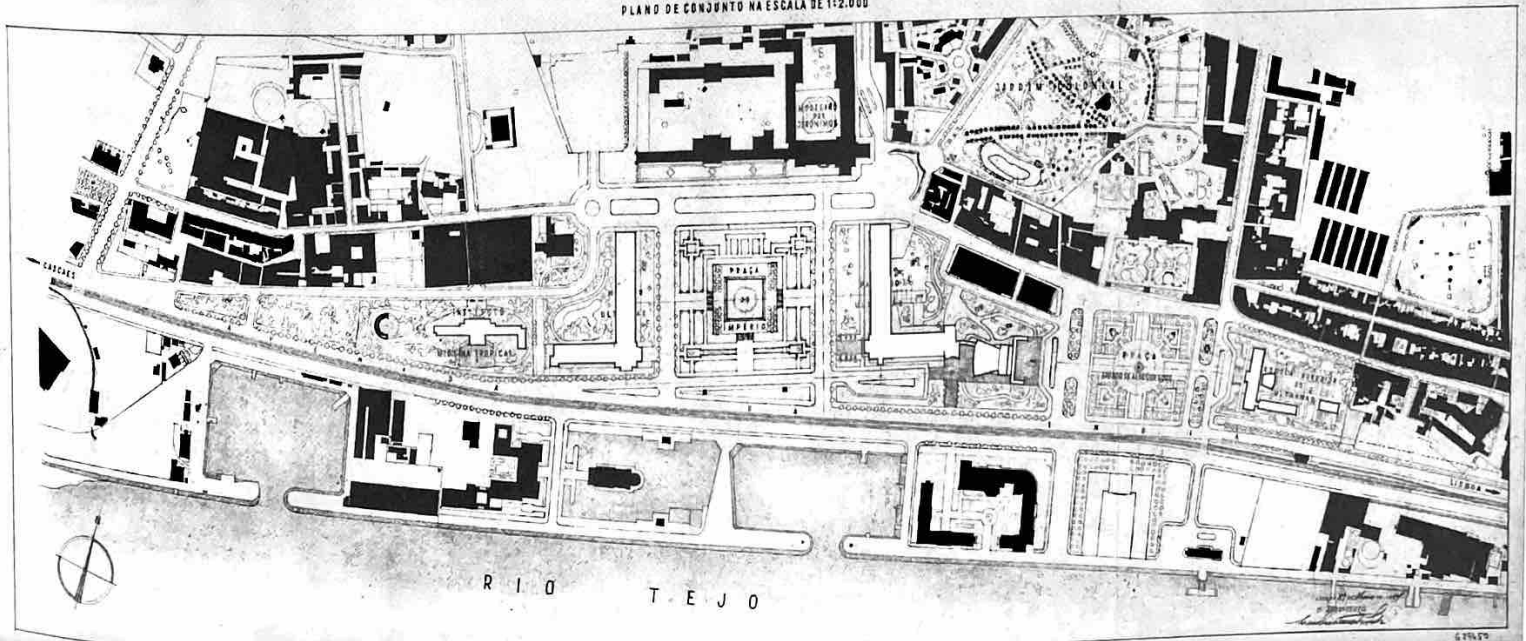
Missionária, que teve lugar no Mosteiro dos Jerónimos (1951)²⁰; o pavilhão da Agência-Geral do Ultramar, na Feira Popular²¹; os *stands* dedicados ao ultramar no edifício da Feira das Indústrias²², inaugurado em 1957; ou ainda as exposições de temática colonial, que se continuavam a organizar no Palácio Foz, sede do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)²³.

É na década de 1950 que arranca a mais sistemática tentativa estatal de criação de um complexo que garantisse não apenas a curadoria da memória do passado colonial português, mas também a sua leitura no presente e a sua projeção futura. Este plano de grande escala foi liderado pelos ministérios do Ultramar (MU) e das Obras Públicas (MOP). Iniciado com o projeto do Palácio do Ultramar, cuja construção o ministro das Colónias anunciara em fevereiro de 1951²⁴, o plano incluiria, a partir de 1954, outros edifícios a construir de raiz: o Museu do Ultramar, o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (designação que em 1954 substituiu a de Escola Superior Colonial) e, ainda que apenas momentaneamente, o Instituto de Medicina Tropical²⁵. O modo como se estipulou o financiamento destes equipamentos merece realce. Os encargos com o Museu do Ultramar e com o Instituto de Medicina Tropical seriam suportados quase exclusivamente pelas províncias ultramarinas; o custo de concretização dos dois restantes seria compartilhado entre aquelas e o tesouro metropolitano²⁶.

Sem surpresa, imaginou-se este conjunto para Belém, em torno da Praça do Império. Belém é a zona, não apenas da cidade de Lisboa, mas também de todo o país, mais associada à memória da experiência colonizadora portuguesa²⁷. O Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, ambos com gênese num reinado crucial na construção do espaço colonial português (D. Manuel I, 1495-1521), ancoraram ali um vínculo simbólico que os séculos seguintes reconfiguraram, ampliaram e instrumentalizaram.

Entre o início da década de 1940 e o fim da década de 1960, Belém foi objeto de uma imaginação urbanística e arquitetónica que a elegeu como centro do império colonial português. A área foi o palco natural tanto para a exposição de 1940, como para as comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960), e seria ainda reequacionada para um novo investimento monumental, por ocasião do V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama (1969). Os edifícios pensados para fechar, em conjunto com os Jerónimos e o rio Tejo, a Praça do Império estiveram longe de esgotar o frenesim de projetos propostos para esta freguesia de Lisboa naqueles decénios. O debate sobre os despojos da Exposição do Mundo Português foi, desde logo, propulsor de escolhas com impacto no território. Entre aquilo que se decidiu preservar daquele evento efêmero distinguem-se legados, ora mais evidentes — como é o caso do Museu de Arte Popular —, ora de menor escala — como os vestígios da secção colonial que permaneceram no Jardim e Museu

ESTUDO DE LOCALIZAÇÃO DE NOVOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS NA
ZONA MARGINAL DE BELÉM
PLANO DE CONJUNTO NA ESCALA DE 1:2.000



Agrícola Colonial/do Ultramar (hoje Jardim Botânico Tropical). A herança da exposição de 1940 somaram-se os planos do arranjo urbanístico da zona marginal de Belém, o enquadramento da Torre de Belém, o Museu de Marinha com o planetário, a reconstrução do Padrão dos Descobrimentos e os edifícios do Ministério do Ultramar (hoje sede do Ministério da Defesa Nacional) e do Museu de Etnologia do Ultramar (renomeado depois Museu Nacional de Etnologia), erguidos no Restelo. Contíguos a Belém, ficaram, na Junqueira, a ampliação do Hospital do Ultramar (renomeado Hospital de Egas Moniz, em 1974) e o Instituto de Medicina Tropical.

3. O Palácio do Ultramar: de «instrumento de compreensão» a «arma de necessidade inadiável»

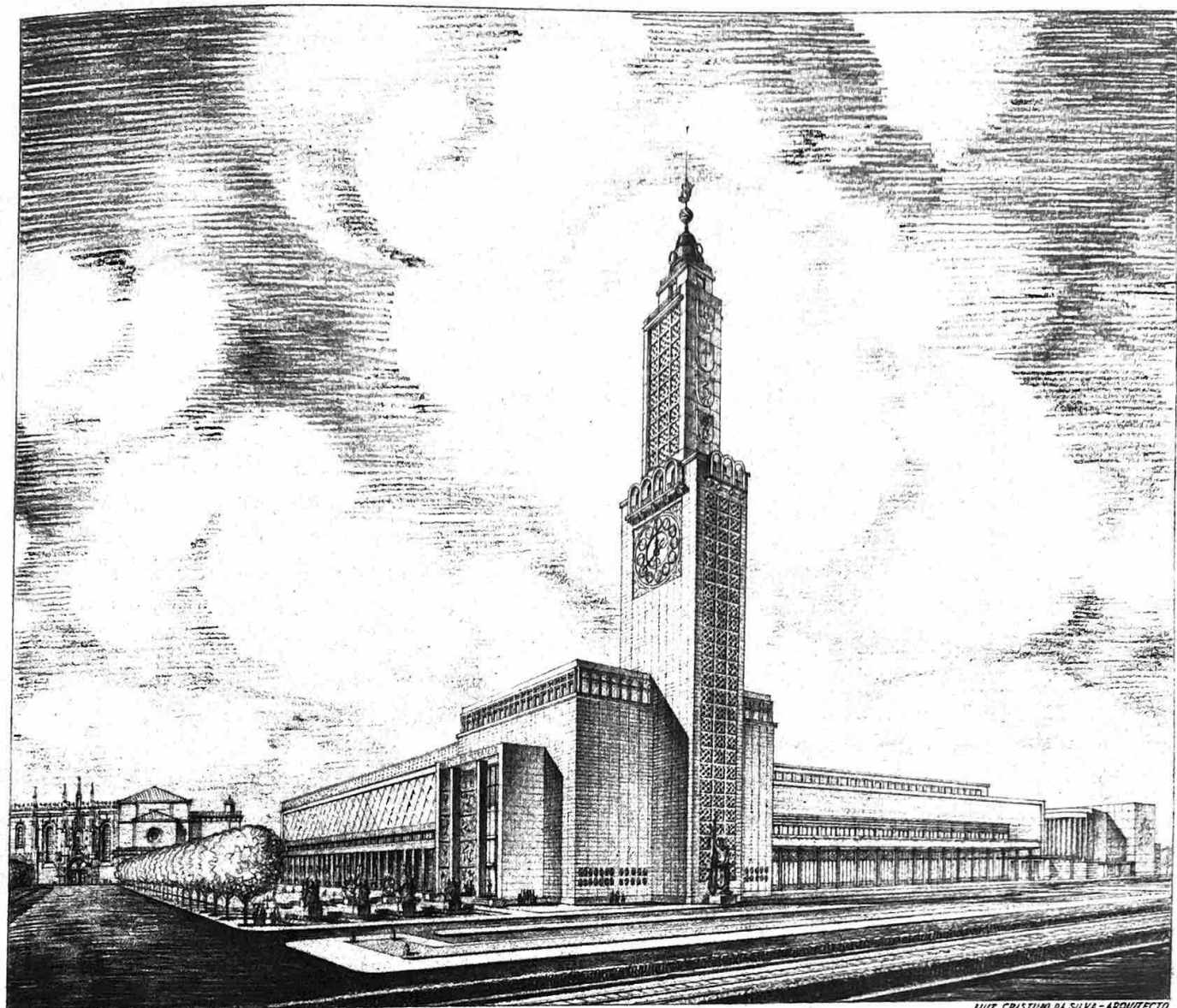
O Palácio do Ultramar foi o primeiro edifício a ser pensado na década de 1950 para a Praça do Império. Estudou-se a sua implantação no lado nascente²⁸, no terreno que em 1940 recebera o Pavilhão de Honra e de Lisboa. A designação do palácio refletia a preparação da revisão constitucional de 1951, a qual extinguiria juridicamente o império colonial português, passando as «províncias ultramarinas» a integrar uma só «nação plurirracial e multicontinental».

O programa imaginado para o interior da construção era bem elucidativo do quanto a mudança na ordem jurídica nada mais era do que um elemento de uma fórmula para resistir à descolonização, que atingiria o seu ápice nos anos seguintes. Com efeito, o «esboço de programa»²⁹ do Palácio do Ultramar, redigido no fim do ano de 1951, estipulava as funções e temáticas das várias zonas do edifício, retomando em parte o que se preparara entre 1940 e 1943 para o Museu do Império. O autor do «esboço», Rui de Sá Carneiro, havia assumido, em 1939, os cargos de secretário-geral do Ministério das Colónias e de diretor-geral do Fomento Colonial, passando, em 1943, a subsecretário de Estado das Colónias. Exerceu esta função até 1950, tendo depois continuado a colaborar com o Ministério das Colónias/do Ultramar em assuntos pontuais³⁰. Este engenheiro fora o diretor-geral interino do Fomento Colonial que, em 1937, tentara levar por diante o plano de um «Palácio das Colónias». Tinha integrado,

O maior volume de construções, em Belém, dedicadas ao império ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, precisamente numa altura em que se intensificaram os processos de descolonização no plano internacional, aumentou o escrutínio internacional sobre o império português, cresceram as críticas, tanto no plano nacional como no estrangeiro, à continuidade da solução imperial e tiveram início as guerras coloniais/de libertação (1961). Longe de configurar um paradoxo, esta circunstância deve interpretar-se como parte do esforço de legitimação e resistência do colonialismo português, num contexto que cada vez mais lhe era adverso.

ainda, a comissão incumbida de estudar a organização do Museu do Império. Coube-lhe apresentar, no início de 1940, o plano da secção que dentro daquele museu reuniria as atividades englobadas na designação genérica de «economia e fomento» (obras públicas, comunicações, exploração da terra, fontes de energia, indústrias e comércio colonial).

As continuidades mais evidentes entre o Museu do Império e o Palácio do Ultramar registaram-se, por um lado, ao nível da conceção do edifício como um equipamento multifuncional, onde, a par da componente expositiva permanente, se garantiam áreas para exposições temporárias, conferências, atividades de lazer e convívio. Por seu turno, no que diz respeito ao discurso expositivo sobre o espaço colonial português, verificou-se a manutenção da contextualização histórica, da caracterização geográfica, da explanação dos recursos e dos pilares da economia. Mas a década que separava os dois programas gerou diferenças também. Cresceram os serviços de «informação e propaganda». Nasceu uma secção de imprensa e outra de turismo. A componente museológica ligada à história natural desapareceu, e a relativa à etnografia, que, no início do ano de 1951, Rui de Sá Carneiro ainda previa instalar no palácio³¹, foi afastada para o Museu do Ultramar. Nas salas e galerias da exposição permanente do palácio, o destaque seria agora conferido à «ocupação científica», ao «desenvolvimento económico»,



J. TAVELA DE SOUSA - DES.

LUIZ CRISTINO DA SILVA - ARQUITECTO

PALACIO DO ULTRAMAR
PERSPECTIVA MOSTRANDO A SUA
LOCALIZACAO NO LADO NASCENTE
DA PRAÇA DO IMPERIO

aos «regimes de trabalho», ao «desenvolvimento moral e intelectual» e ao «bem-estar físico»³². Tais expressões eram sintomáticas do modo como Portugal se adaptava a um novo contexto. Face às pressões de reforma ou as explicitamente anticoloniais, bem como à crescente internacionalização das questões imperiais (sendo o «trabalho indígena» alvo de particular atenção), o país aproximou-se do desenvolvimento planificado que caracterizou as políticas coloniais francesa e britânica após a Segunda Guerra Mundial, conquanto com claras distinções e a vários níveis apenas de forma semântica. Com uma tónica por ora sobretudo económica, este intervencionismo estatal concretizou-se no lançamento, a partir de 1953, dos designados planos de fomento e reclamou uma base científica e tecnocrata, para a qual foi decisiva a reorganização, em 1945, da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, agente da pretendida «ocupação científica» do ultramar³³.

De acordo com Rui de Sá Carneiro, eram objetivos do Palácio do Ultramar evidenciar o «valor [económico] potencial» dos territórios ultramarinos; mostrar a «acção civilizadora» dos portugueses; dar a conhecer o «ambiente de vida no ultramar»; proporcionar aos portugueses do ultramar vindos à metrópole «apoio carinhoso» no «exame [...] e consideração dos seus problemas»; estimular a «aproximação entre os 'portugueses da metrópole e os de Além-Mar'». O palácio entendia-se, assim, como «um instrumento de compreensão que realiza a sua tarefa por meio: de informação (documental ou verbal), [e] de aproximação (das pessoas ou dos interesses)»³⁴. Para a compreensão do peso da dimensão social do palácio deve ter-se em conta o crescimento sem precedentes da migração de portugueses para Angola e Moçambique entre 1947 e a segunda metade da década de 1960, resultado da política de colonização e do crescimento económico que aqueles territórios conheceram então³⁵.

Contratado Luís Cristino da Silva para a elaboração do projeto arquitetónico do Palácio do Ultramar³⁶, o primeiro esboço ficou concluído em agosto de 1952³⁷. O palácio teria uma planta em L, com uma das alas para a Praça do Império e outra para a Avenida da Índia. Na primeira, o arquiteto instalou o vestíbulo de honra e uma grande nave destinada a acolher as várias galerias e salas da exposição permanente: «Portugal ultramarino e a nação, síntese geográfica e histórica das províncias ultramarinas, inventário e aproveitamento dos recursos, ape-

trechamento científico e técnico, a valorização e defesa do Homem». Sob a nave ficariam as zonas de «informações, imprensa, turismo e propaganda», bem como as oficinas, armazéns, serviços de pessoal, etc. Este corpo, rematado por uma torre, contemplaria ainda as instalações da administração e abria, ao nível térreo, para os jardins, que deveriam «apresentar, à semelhança do Jardim Colonial, vizinho, espécies de flora, e até de fauna, das nossas províncias ultramarinas, procurando-se [...] sugerir o ambiente daqueles lugares». A ala da Avenida da Índia, definida como «zona cultural e social», albergaria as exposições temporárias, uma biblioteca, um cineteatro, um anfiteatro, salas de espetáculos e conferências, um bar e um restaurante³⁸. O programa sofreria ainda uma alteração, em setembro de 1952, face ao «desejo manifestado» pelo ministro do Ultramar: a inclusão de instalações para a Agência-Geral do Ultramar³⁹.

A dificuldade colocada pela implantação do palácio (em particular, a sua relação com os Jerónimos), o debate em torno da sua caracterização formal e os pareceres das entidades envolvidas na apreciação dos dois aspetos — Conselho Consultivo da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)⁴⁰, do MOP, e Junta Nacional de Educação (JNE)⁴¹, do Ministério da Educação Nacional (MEN) — acarretaram uma demora significativa na fixação de uma solução consensual. No entanto, o definitivo fracasso da empreitada terá ficado a dever-se menos às questões urbanísticas e estéticas e mais às de conteúdo. O programa gizado por Rui de Sá Carneiro em 1951 surgiria, aos olhos do fim dessa década, como desajustado e carecendo de uma retificação integral.

Com efeito, em dezembro de 1959, numa altura em que o anteprojeto se encontrava aprovado e a imprensa já anunciara que a construção se completaria em três anos⁴², o subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, Carlos Krus Abecasis, identificava várias causas para a revisão do projeto⁴³. Por um lado, apontava fragilidades de ordem utilitária: a separação artificial de funções entre o edifício do palácio e o do Museu do Ultramar, previsto para a mesma praça; a possibilidade de resolver, por intermédio do edifício da Feira das Indústrias Portuguesas, entretanto inaugurado nas proximidades, algumas das funções atribuídas ao palácio; a questionável pertinência deste investimento nos moldes em que fora pensado, dado que daria resposta a prioridades discutíveis, continuando a não satisfazer «algumas reais necessidades do serviço do

ultramar em Lisboa»⁴⁴. Se estes aspetos aconselhavam a revisão do anteprojecto, outros, de natureza conceptual, tornavam-na «imperativa».

Nas palavras de Krus Abecasis, urgia transformar o palácio numa «obra de finalidade eminentemente política e doutrinária». E, para essa, a pertinência era tida como indiscutível, pois «na presente conjuntura internacional, em que a batalha ideológica travada em torno do destino dos territórios ultramarinos assumiu proporções extraordinárias e feição decisiva, o Palácio do Ultramar tal como acaba de definir-se é arma de necessidade inadiável»⁴⁵. A gravidade do tom é um bom indicador do modo como o contexto se agudizara. À independência de vários Estados asiáticos após a Segunda Guerra Mundial, somava-se um crescente número de Estados africanos, resultantes do gradual desmantelamento dos impérios francês, britânico, belga e espanhol. Os movimentos de libertação nacional ganhavam uma força crescente também nos territórios africanos sob domínio português e a curto prazo iam eclodir conflitos armados em Angola (1961), que nos anos seguintes se estenderiam a outros territórios. Além disso, como resultado da integração de Portugal em organismos internacionais decisivos, com destaque para as Nações Unidas e suas agências (apenas efetivada em 1955), o império colonial português passou a estar sujeito a um nível crescente de exame e inspeção. O estatuto político das províncias ultramarinas e dos seus habitantes, as práticas de trabalho forçado e a discriminação racial foram particulares alvos de crítica e supervisão⁴⁶.

Face a este contexto, compreende-se que o Palácio do Ultramar se perspetivasse como um «instrumento de combate ideológico», redirigindo as suas mensagens aos públicos críticos da continuidade da solução imperial, no espaço nacional e no estrangeiro. Para o visitante português, serviria de formação doutrinária, capaz de lhe incutir a legitimidade e atualidade da «missão de Portugal no mundo». Por seu turno, teria de «instilar no espírito do visitante estrangeiro imbuído do preconceito anticolonialista a dúvida sobre a legitimidade da aplicação das suas ideias feitas ao caso português, e depois, subtilmente, gradualmente, a persuasão de ser a presença portuguesa no ultramar, mercê de singular conteúdo humano, totalmente distinta do fenómeno colonial, que precedeu de séculos e ao qual, por isso mesmo, está apta a sobreviver, no prosseguimento de uma obra de integração inter-racial [...] que, como facto de paz e contributo para uma civili-

zação à escala universal, vale infinitamente mais do que o imperativo meramente utilitário da coexistência»⁴⁷.

Os espaços de lazer e convívio considerados no programa anterior teriam de ser sacrificados em prol dos dedicados ao estudo, investigação, debates e exposições. O peso conferido ao passado cederia lugar à demonstração da «validade atual e futura» da presença de «Portugal no mundo», expressão agora sugerida para substituir o termo «Ultramar», na designação do palácio. Na revisão a levar a cabo, os aspetos sociológicos e culturais deveriam sobrepor-se aos meramente técnicos e económicos⁴⁸. Visava-se, assim, fundamentar a diferença entre a experiência portuguesa e o fenómeno colonial. À exploração económica, típica deste, contrapunha-se a primeira, de ordem civilizacional, ocorrendo nos moldes plásticos e respeitosos que o luso-tropicalismo adotado pelo discurso oficial caracterizava como essencialmente portugueses.

Cumprir frisar que as reflexões de Carlos Krus Abecasis se situavam na antecâmara do que veio a ser a valorização das dimensões sociais nas políticas desenvolvimentistas levadas a cabo nas colónias portuguesas em África durante o decénio de 1960. Esta valorização, longe de abrir caminho para a emancipação política ou para uma redução significativa das desigualdades, serviu para (re)legitimar a alternativa portuguesa e, manobrando as expectativas de progressismo político e de autodeterminação, aprofundar os dispositivos de controlo e coerção⁴⁹. Ao mesmo tempo, as reflexões de Abecasis demonstravam a crescente relevância reconhecida às ciências sociais nas políticas e práticas coloniais⁵⁰, de que são exemplos a criação de disciplinas de Sociologia (1955) e Antropologia Cultural (1956) no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, como resultado da crescente participação dos professores do instituto em fóruns de cooperação científica interimperial⁵¹, bem como o lançamento, a partir de 1957, de missões de investigação social no território africano, pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais, criado no ano anterior na Junta de Investigações do Ultramar (JIU)⁵².

O volume de alterações tornava inviável uma adaptação do anteprojecto existente. Para o subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, havia que «recomeçar de raiz»⁵³. Naquele momento e perante os recursos financeiros já mobilizados, a atenção seria colocada no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e no Museu do Ultramar⁵⁴. O primeiro, renomeado Instituto Superior

de Ciências Sociais e Política Ultramarina em 1962, acabou, porém, por ser instalado num imóvel que remontava ao século XVIII, o Palácio Burnay, na Rua da Junqueira⁵⁵.

O museu chegou a concretizar-se, ainda que coartado, reconfigurado, renomeado e com outra localização.

4. Museu (de Etnologia) do Ultramar: um programa sem espaço, um museu sem edifício, uma etnologia sem ultramar

Em julho de 1960, Eduardo de Arantes e Oliveira, então ministro das Obras Públicas, alertava a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de que o esboço do arranjo urbanístico do conjunto formado pelos edifícios do Museu do Ultramar e do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, da autoria do arquiteto Luís Cristino da Silva, não tinha «qualquer base segura no que respeita ao Museu, nem sequer quanto a áreas globais»⁵⁶. Os esforços anteriores realizados com esse objetivo não haviam sido reexaminados. Outros, como o «esquema provisório, servindo de base a um estudo preliminar do programa de construção»⁵⁷, elaborado em 1955 por uma comissão nomeada pelo minis-

tro do Ultramar para o estudo das bases daquele museu, e presidida por Rui de Sá Carneiro, não tiveram desenvolvimento⁵⁸. Destino semelhante viria a ter o programa para o Museu do Ultramar elaborado ainda em 1961⁵⁹.

O processo arrancou de novo no fim do ano de 1962 e implicou mais de uma década até a construção do edifício se iniciar. O relativo sucesso que esta nova tentativa adquiriu explica-se, em boa parte, pelo desenvolvimento, desde a segunda metade do decénio de 1950, de uma «etnologia ultramarina», tanto no quadro do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, como no da JIU, inseparável do trabalho e dinamismo de Jorge Dias (1907-1973).



Exposição Vida e Arte do Povo Maconde.
Secretariado Nacional da Informação.
Lisboa, 1959.

Figura capital da antropologia portuguesa e parte integrante dos circuitos epistémicos internacionais da etnologia, Jorge Dias foi diretor da Secção Etnográfica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular desde 1947 e responsável pela lecionação das primeiras disciplinas de «efetivo conteúdo antropológico existentes na universidade portuguesa»⁶⁰. Tendo começado a docência de Etnologia, em 1952, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, passa, a partir de 1956, para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e para o Instituto de Estudos Ultramarinos, onde também dirigiu o Centro de Estudos de Antropologia Cultural, criado em 1962⁶¹.

Além disso, entre 1957 e 1961, ao abrigo da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, promovida pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais (criado em 1956 na JIU)⁶², Jorge Dias orientou várias campanhas de investigação no planalto Maconde, no norte de Moçambique. Se a atividade patrocinada e desenvolvida por esta missão⁶³ não pode ser dissociada dos propósitos de vigilância, prevenção e controlo da «subversão», tão cruciais no colonialismo tardio português⁶⁴, foi também a partir dela que se constituiu o núcleo inicial de peças do futuro Museu de Etnologia do Ultramar. Inaugurada em fevereiro de 1959 nas instalações do SNI, a exposição «Vida e Arte do Povo Maconde», na qual se mostravam fotografias e objetos recolhidos no contexto das campanhas em curso, viria a ser reconhecida como um dos marcos fundamentais da pré-história daquele museu⁶⁵. No ano seguinte, a partir desta coleção e de outras entretanto adquiridas, Jorge Dias organiza um «pequeno Museu de Etnografia do Ultramar», no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, que foi inaugurado a 1 de julho de 1960 pelo ministro do Ultramar⁶⁶.

É neste contexto que, aquando da criação do Centro de Estudos de Antropologia Cultural, em abril de 1962, Adriano Moreira, professor e diretor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, então na qualidade de ministro do Ultramar, inclui, entre as atribuições do organismo, a de «conservar, classificar e estudar os objectos adquiridos pela Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português e aqueles que foram adquiridos ou o vierem a ser no futuro, tendo em vista a ampliação do museu integrado no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, que será sempre dirigido pelo director do Centro»⁶⁷. Em novembro do mesmo ano, o mesmo ministro criou

na JIU, e em «cooperação com o Centro de Antropologia Cultural, a missão organizadora do Museu do Ultramar, com o fim de recolher, estudar e catalogar todo o material e documentação que deva ser reunido no Museu do Ultramar»⁶⁸. Desta forma dava-se, por fim, um carácter efetivo a uma das competências que, desde 1945, se confiara à JIU, a de «organizar o Museu Colonial Português»⁶⁹.

Em abril de 1963, os esforços de uma organização centralizada do museu são reforçados pelo então subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Joaquim Moreira da Silva Cunha, com a constituição de uma comissão responsável por «fazer um inventário de todos os objectos na posse de serviços e organismos dependentes do Ministério que, pelo seu valor etnográfico, devam ser incorporados nas colecções já preparadas para constituírem o núcleo inicial do Museu»⁷⁰.

É, pois, sem surpresa que Jorge Dias, diretor do Centro de Antropologia Cultural e, por inerência, diretor do museu, membro ativo da «missão organizadora» de 1962 e da comissão de 1963, assina, a 8 de junho de 1963, o documento que viria a servir de programa para o Museu de Etnologia do Ultramar⁷¹. A 19 de março de 1965, aquando da criação formal do Museu de Etnologia do Ultramar, este era perspetivado como (apenas) um «sector ou departamento» de um «futuro Museu do Ultramar» mais amplo⁷², já previsto desde 1945⁷³. A nomenclatura de «Museu do Homem Português», bem como a menos frequente de «Museu do Povo Português», rivalizou, em particular entre 1963 e 1965, com a de «Etnologia do Ultramar». A expressão «Museu do Homem Português» tinha raízes oitocentistas no quadro museológico português. Fora apanágio do etnólogo José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e síntese da sua agenda para o Museu Etnológico Português (atual Museu Nacional de Arqueologia)⁷⁴ que, sob sua proposta, se criou em 1893. A vitalidade da designação neste período parece explicar-se, por um lado, pelo facto de dar corpo a uma visão cara a Jorge Dias, que concebia o museu como um espaço onde, além dos artefactos expressivos da «cultura do nosso povo [...] nas várias partes do mundo onde se fixou», estivesse também incluída a cultura popular metropolitana. O seu documento de 8 de junho de 1963 foi, desde logo, intitulado «Memória acerca do Museu do Povo Português ou do Homem Português». Por outro lado, a terminologia não colidia com os interesses do regime. Ela permitia corroborar o argumento central do Estado Novo face àqueles

que reconheciam no regime a perpetuação de uma ordem colonial: Portugal constituiria uma só nação «multirracial e multicontinental», sendo artificial a separação entre metrópole e ultramar. O povo português detinha uma alegada «vocaçao universalista». Recorde-se que fora este o motivo pelo qual Carlos Krus Abecasis sugerira a alteração da designação do Palácio do Ultramar, para «Palácio de Portugal no Mundo». E também Jorge Dias terá perfilhado este ideário. Na sua «Memória» de 1963, pode ler-se:

«[...] o Museu do Homem Português deve ter como finalidade suprema documentar a formação do povo português desde a proto-história, e exprimir de maneira particular a sua expansão ultramarina e os vários contactos que ao longo do tempo foi estabelecendo com os múltiplos povos com que conviveu, de maneira a dar uma visão da história *sui generis* de um povo [...] que se expandiu pelos cinco continentes da Terra, dando origem a variadíssimas formas de cultura e acabando por constituir uma pátria plurirracial extremamente original [...].

Um museu nestas condições vem preencher uma lacuna extremamente importante, pois até hoje o nosso país, tendo realizado a obra de expansão mais extraordinária da História da Humanidade, não se preocupou em mostrar aos seus e aos estranhos o que foi a vida do seu povo e dos povos com quem contactou e chamou à sua civilização. Não deve ser, portanto, um mero museu etnográfico ultramarino — embora isso tivesse certamente muito interesse científico. Portugal é verdadeiramente um caso singular da história europeia: não é um país com colónias, como a Bélgica e a Holanda, mas uma pátria que se expandiu por vários continentes e acabou por constituir uma nação multi-racial e multi-confessional.»⁷⁵

Jorge Dias concebia esta instituição como «museu de estudo», desde logo pela associação ao Centro de Estudos de Antropologia Cultural. Deveria ser «um organismo vivo, onde se trabalha, onde se aprende e onde se ensina e educa» e foi nesse sentido que ideou a sua organização. O dinamismo do museu ficaria assegurado, desde logo, pelo modo como planeou, no rés do chão, a adaptabilidade da grande sala destinada à exposição permanente. Nela, as «subdivisões realizar-se-ão por meio de painéis móveis, segundo as necessidades das exposições que aí se forem levando a cabo, de acordo com os mais modernos conceitos de museologia». A extensão do museu à

sociedade aprofundar-se-ia por uma «outra sala menor para exposições temporárias, de tipo monográfico ou regional», apetrechada para poder acolher conferências, projeções de filmes e «sessões de música gravada». A dimensão de estudo e investigação estava concentrada no subsolo e no segundo piso, incluindo uma biblioteca especializada, arquivos, gabinetes de trabalho, uma casa-forte e uma «sala grande com vitrines onde estão objectos expostos só para utilização de especialistas»⁷⁶.

Tomando-se a «Memória acerca do Museu do Povo Português ou do Homem Português» como um programa de organização substantiva do interior do museu, o MU decidiu que o projeto de arquitetura seria estudado pelos técnicos desse ministério⁷⁷. Os anos seguintes ficaram marcados pela dificuldade em consensualizar um local para a implantação do edifício. Havendo-se já desistido do lado poente da Praça do Império, sucederam-se outras duas localizações em Belém: os terrenos do Jardim Agrícola do Ultramar, em 1963; e a Avenida da Índia, no terreno situado entre a Praça do Império e a Praça Afonso de Albuquerque, a partir de 1965⁷⁸. A primeira hipótese foi reprovada pela JNE em julho de 1964, «por afectar a beleza desse jardim e subtrair grande parte à sua área»⁷⁹. A segunda veio a colidir com a pretensão, manifestada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1969, de naquele espaço erguer um «monumento a Vasco da Gama e outros navegadores», por ocasião das comemorações, nesse ano, do V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama⁸⁰. A implantação junto à Praça Afonso de Albuquerque reuniu ainda as dúvidas do Conselho Superior de Obras Públicas, que recomendou, «além da revisão da parte do Plano Director [de Lisboa] afectada pela localização do novo museu, o estudo pormenorizado do enquadramento urbanístico do Mosteiro dos Jerónimos»⁸¹. Raul Chorão Ramalho, a quem se confiou o estudo do enquadramento urbanístico do museu, concluiu, a 20 de dezembro de 1969, que o edifício não deveria ser avaliado isoladamente, sendo necessário dotar «toda a zona marginal, da Avenida da Índia, desde Alcântara a Algés», de um «estudo de conjunto»⁸². Todos estes fatores influíram na escolha de outra hipótese de implantação, menos sujeita a condicionalismos.

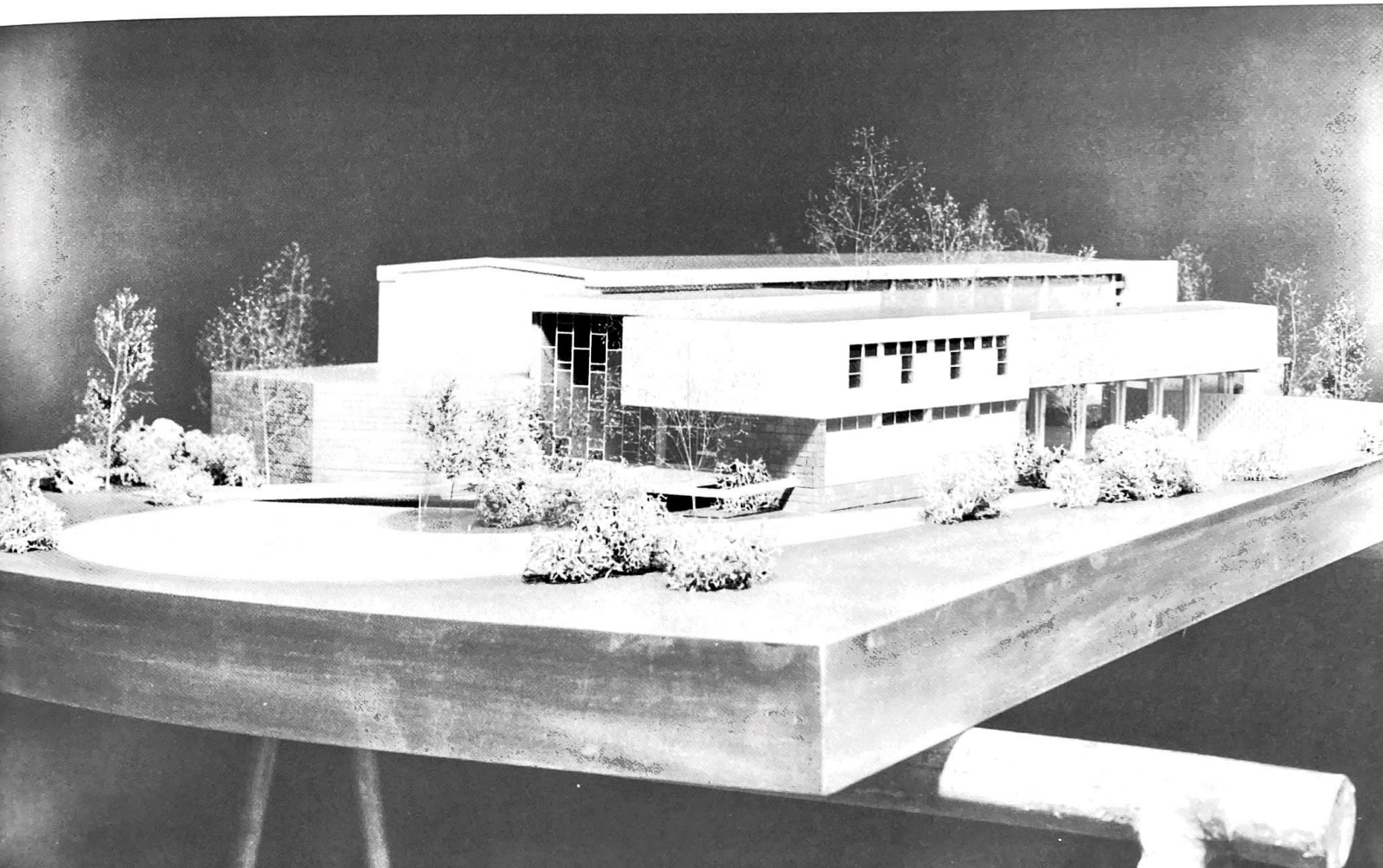
A cada nova localização, o projeto de arquitetura tinha de ser recommçado e sujeito à apreciação não apenas dos tutelares das pastas do Ultramar e das Obras Públicas (os quais não deixaram de exprimir as suas impressões esté-

ticas ao longo do processo) e do diretor do museu, como também às das diversas instâncias que, dentro da orgânica dos ministérios das Obras Públicas e da Educação Nacional, eram responsáveis pela sua avaliação. Assim sucedeu quer com o projeto para o «Museu do Homem Português» pensado para o Jardim do Ultramar, assinado a 27 de novembro de 1963 pelos arquitetos Lucínio Guia da Cruz e António Saragga Seabra⁸³, quer com o anteprojecto do edifício para o Museu de Etnologia do Ultramar a implantar na Avenida da Índia, concluído por este último arquiteto a 15 de março de 1966⁸⁴.

À problemática da localização, já de si complexa e motivadora de atrasos, juntou-se a não menos intrincada discussão que a atravessou: a relação do Museu de Etnologia do Ultramar com outras instituições museológicas. A 18 de julho de 1964, a propósito da apreciação do projeto, a JNE chamava a atenção para o facto de «Sua Excelência o ministro da Educação [ter] homologado um parecer do Exmo. Director Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes — parecer em que se pondera a conveniência, não de se criar um novo museu, mas de se proce-

der a uma ampla reorganização da Secção Etnográfica do Museu Etnológico, no sentido de nela se poderem integrar, além de outras, as peças já recolhidas e a recolher pelo Ministério do Ultramar»⁸⁵. A potencial pertinência da conjugação do novo museu com o Museu Etnológico, instalado no Mosteiro dos Jerónimos (atual Museu Nacional de Arqueologia), foi suficiente para o ministro das Obras Públicas, a 22 de julho de 1964, suspender os trabalhos e colocar o assunto à consideração do MU⁸⁶.

Em outubro de 1966, ao avaliar um novo projeto de arquitetura para o museu, a JNE insistiu que era do «maior interesse que no projecto definitivo ficasse esclarecido se o museu tem capacidade de vir a englobar um conjunto que possa representar, no futuro, a história do Homem português ou se em qualquer caso, há a ideia de ele vir a ser futuramente ampliado»⁸⁷. O ministro das Obras Públicas decidia interromper os trabalhos, em novembro de 1966, para que a dúvida se esclarecesse, ponderando a pertinência de «uma solução de integração pura e simples» das duas estruturas museológicas⁸⁸. Já Joaquim Moreira da Silva Cunha, então na qualidade de ministro do Ultramar,



lamentava os «tantos obstáculos» que esta iniciativa encontrava, colocando-se, assim, em risco as «preciosas» coleções do museu, «armazenadas em condições tão precárias»⁸⁹. Com efeito, ao núcleo inicial de peças dispostas no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos foram sendo adicionadas outras coleções. Desprovido de instalações próprias, o Museu de Etnologia do Ultramar manteve-se itinerante, ocupando distintas localizações em Lisboa (Palácio da Junqueira, Museu Agrícola do Ultramar, prédio na Rua Rodrigo da Fonseca e Palácio Vale-Flor)⁹⁰ e sendo caracterizado, pela imprensa, como um «museu em prateleiras»⁹¹.

A discussão extravasou para o ano de 1967. Os ministros da Educação Nacional e das Obras Públicas chegaram a propor, em fevereiro desse ano, uma concentração do Museu Etnológico que ocupava uma parcela dos Jerónimos, do Museu de Etnologia do Ultramar e do Museu Bocage da Faculdade de Ciências no recinto da cidade universitária de Lisboa⁹².

A contra-argumentação do ministro do Ultramar, não sendo nova, foi suficientemente convicta para manter o projeto isolado e na localização prevista. Em causa estavam «para cima de doze mil peças» acomodadas «em péssimas condições», sendo «caso único no Mundo o de um país com as condições do nosso não ter um museu deste tipo devidamente organizado»⁹³. Uma potencial concentração museológica acarretaria atrasos e riscos

que importava evitar. A 17 de maio de 1967, alcançou-se algum compromisso. Por despacho do ministro das Obras Públicas, José Machado Vaz, a elaboração do projeto avançaria, como previsto, para a implantação junto da Praça Afonso de Albuquerque, tendo em atenção as observações da JNE e «não prejudicando a ideia de um dia mais tarde se realizar a ampliação que se torne indispensável ao próprio Museu ou a sua complementaridade com novas funções»⁹⁴. No entanto, a polémica foi suficientemente persistente para que, a 25 de fevereiro de 1969, na sessão do Conselho Superior de Obras Públicas em que discutiu o anteprojeto do Museu de Etnologia do Ultramar, se tenha dado a palavra a Jorge Dias, que, convidado a participar na sessão, esclareceu que «o Museu em causa tinha características especiais destinando-se a englobar não só as peças recolhidas em território português mas também em outros pontos do globo, como por exemplo na costa brasileira; o Museu Dr. Leite de Vasconcelos era principalmente um museu arqueológico e o da Faculdade de Ciências, um museu de história natural. Nenhum destes teria lugar no do Ultramar»⁹⁵.

Aberto de novo, em 1969, o problema da localização do edifício, o MU decide, em 1970, aceitar uma última e definitiva localização: a encosta do Restelo⁹⁶. Reinicia-se, então, uma vez mais, o projeto de arquitetura, mantendo-se a autoria de António Saragga Seabra. Aprovado o ante-



projeto do museu a 25 de setembro de 1970⁹⁷, só a 4 de agosto de 1972 é que a versão definitiva do mesmo obteria a concordância do ministro do Ultramar, que, nessa data, autorizou que se prosseguisse com o concurso para a adjudicação da obra⁹⁸. Previa-se então, tal como se fixara de modo revelador na década de 1950, que o museu fosse construído com verbas oriundas das «províncias ultramarinas», sendo depois integrado no seu «património comum»⁹⁹. Esta fonte de financiamento, a única, ficou estabelecida também no decreto que autorizou o Ministério do Ultramar a celebrar o contrato para a construção do museu¹⁰⁰. Assim, a 20 de abril de 1973, celebrou-se o contrato para a edificação do empreendimento¹⁰¹. Jorge Dias faleceu em fevereiro de 1973 e terá sido já o seu sucessor na direção do museu, Ernesto Veiga de Oliveira, a ver o edifício materializar-se e ser inaugurado em 1976.

Entre o início da obra e a vistoria que a considerou terminada¹⁰², a 22 de junho de 1976, o regime que havia con-

ferido viabilidade à obra foi derrubado pelo golpe militar de 25 de abril de 1974. Estava também terminado o processo de gradual reconhecimento da independência das antigas «províncias ultramarinas», ocorrido entre 1974 (Guiné-Bissau) e 1975 (Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Timor). A dissociação entre o museu e a experiência colonial portuguesa, um esforço levado a cabo por Veiga de Oliveira logo a partir de 1973 e que persiste até aos nossos dias, traduziu-se não apenas na mudança do seu nome, mas também nas políticas de aquisição, incorporação, gestão e exposição de acervos. A etnologia cooptada para viabilizar o projeto de um museu do ultramar, que se imaginou mais amplo e capaz de absorver, acabou por o secundarizar. Por essa via, esvaziou-se igualmente o que poderia ter constituído um palco privilegiado para o debate da sua história e memória.

5. Considerações finais

O processo analisado neste capítulo sugere duas reflexões finais. A primeira diz respeito à utilidade do estudo de projetos não concretizados, e também dos que sucessivamente se arrastaram ou se viram coartados na sua concretização. Como se crê ter demonstrado, eles são observatórios de análise muito ricos, em vários planos. Permitem esclarecer tanto a flutuação das motivações, como as oportunidades e os constrangimentos a que estiveram sujeitos. Elucidam, ainda, com particular clareza e significado, as relações que um determinado objeto artístico (efetivo ou em potência) tem com o contexto histórico em que se inscreve, nas suas expressões políticas, ideológicas, institucionais ou económicas, para referir apenas algumas dimensões. Tais casos são bons antídotos para uma história da arte de pendor *internalista*, estimulando a procura de razões para as disputas, o atraso, o falhanço ou a desistência em escalas para lá do confinamento analítico local e/ou nacional. Clarificam o modo como o planeamento coexistiu com situações particulares e respetivas contingências, originando dinâmicas de adaptação mais ou menos criativas. E, ainda que não tenha sido o objetivo da investigação subjacente a este capítulo, facilmente se inferem as vantagens analíticas de um projeto não concretizado para a compreensão das mundividades estéticas dos diversos atores envolvidos, dos con-

flitos estilísticos, dos processos de negociação artística, da ressignificação de linguagens e códigos visuais. A história não se faz apenas do que *aconteceu*, mas também do que foi imaginado.

Em segundo lugar, este capítulo evidencia o número significativo de legados materiais que em Belém se interligam com o império colonial português. A sua aparente invisibilidade, em vários casos promovida pela descolonização (apenas) da semântica, e a forma acrítica, ou partindo de escassíssima informação contextualizadora, como são usufruídos por múltiplos públicos convocam o debate e a imaginação, coletiva, mas não necessária ou desejavelmente consensual, de dispositivos que lhes assegurem uma leitura informada. Várias exposições e roteiros entretanto publicados são ferramentas valiosas para este fim. Espera-se que este capítulo tenha contribuído tanto para essa legibilidade, como para o mapeamento do longo lastro da dificuldade de inscrever a experiência colonial portuguesa na esfera pública. A recente tentativa de criação de uma estrutura museológica a ela dedicada (ou a uma parte muito seletiva da mesma) teria beneficiado, tal como as suas próximas reemergências beneficiarão, da consciência da sua própria historicidade.

Notas

- 1 Maria Manuela Cantinho Pereira — *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa*, pp. 84, 87.
- 2 «Regulamento do Museu Colonial, e das exposições e concursos de produtos ultramarinos de 26 de janeiro de 1871 do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar». *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, ano de 1871, p. 99.
- 3 Maria Manuela Cantinho Pereira, *op. cit.*, pp. 91-95. Sobre este museu, cfr., ainda, Luís Aires-Barros; Manuela Cantinho — *Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-2015: 140 Anos*.
- 4 Diploma s/n. *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, ano de 1892, p. 50.
- 5 Arquivo Histórico Ultramarino, Vol.: 2792, Cód. Dep. Atual: 1B, Fundo/Colecção: MU. Instituto de Medicina Tropical — Jardim Museu Agrícola do Ultramar, GEO: ULT, capilha com a publicação «Guia do Museu Agrícola do Ultramar», Lisboa: Ministério do Ultramar, 1961.
- 6 *Ibidem*.
- 7 Luís Chaves — «Museu Etnográfico do Império Português». In *Trabalhos do Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, pp. 28-45.
- 8 *Ibidem*, p. 31.
- 9 Arquivo Histórico Ultramarino, Vol.: 537, Cód. Dep. Atual: 1E, Fundo/Colecção: MU, 1936-1943; GEO: C_V, GUI, ANG, MOÇ, capilha «Palácio das Colónias (construção do mesmo)».
- 10 *O Império Português na Primeira Exposição Colonial Portuguesa: Álbum-catálogo oficial*, p. 397.
- 11 Carta dirigida pelo presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, conde de Penha Garcia (José Capelo Franco Frazão), ao ministro das Colónias. Lisboa, 2 de julho de 1937. Arquivo Histórico Ultramarino, Vol.: 537, Cód. Dep. Atual: 1E, Fundo/Colecção: MU, 1936-1943; GEO: C_V, GUI, ANG, MOÇ, capilha «Palácio das Colónias (construção do mesmo)». É possível ler-se a totalidade do discurso proferido por José Capelo Franco Frazão (conde de Penha Garcia) a propósito da condecoração da instituição com a grã-cruz da Ordem Militar de Cristo, em maio de 1928, no qual propõe o estabelecimento de um Instituto Colonial Português bem como as funções que este deveria agregar, em: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. N.º 7-8 (julho-agosto de 1928), pp. 163-171.
- 12 Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior — «Museu Colonial». In *Congresso do Mundo Português: Publicações*, volume XIV: Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Colonial (IX Congresso), p. 109.
- 13 Arquivo Histórico Ultramarino, Vol.: 511, Cód. Dep. Atual: 1E, Fundo/Colecção: MU, 1932-1942, capilha «Processo n.º 4-180».
- 14 Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior — «Museu Colonial». In *Congresso do Mundo Português: Publicações*, volume XIV: Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Colonial (IX Congresso), pp. 101-109.
- 15 A comissão era formada por José Bacelar Bebião, Manuel Múrias, António de Almeida, Carlos Eugénio Melo Geraldês, Vasco Palmeirim, António Vicente Ferreira, Rui Sá Carneiro e Júlio Cayolla. Cfr. Ofício n.º 676 do agente-geral das Colónias ao diretor-geral do Fomento Colonial. Lisboa, 2 de fevereiro de 1943. Arquivo Histórico Ultramarino, OP09173 A1/Cx. 56 MU/DGOPC/SC. Direção-Geral. Palácio das Colónias e Museu, 1943-1948.
- 16 Ofício n.º 676 do agente-geral das Colónias ao diretor-geral do Fomento Colonial. Lisboa, 2 de fevereiro de 1943. Arquivo Histórico Ultramarino, OP09173 A1/Cx. 56 MU/DGOPC/SC. Direção-Geral. Palácio das Colónias e Museu, 1943-1948.
- 17 João dos Santos Guardiola — Museu Colonial, Lisboa, 20 de novembro de 1943. Arquivo Histórico Ultramarino, OP11970 A1/Cx. 101 MU/DGOPC/SC. Museu do Ultramar. Edifício, 1943-1943.
- 18 Arquivo Histórico Ultramarino, OP09173 A1/Cx. 56 MU/DGOPC/SC. Direção-Geral. Palácio das Colónias e Museu, 1943-1948.
- 19 *Ibidem*.
- 20 «Exposição de Arte Sacra Missionária». *Boletim Geral do Ultramar*, n.º 319, pp. 91-152.
- 21 «O Pavilhão da Agência-Geral do Ultramar na Feira Popular de Lisboa». *Boletim Geral do Ultramar*, n.º 373, pp. 89-106.
- 22 Leonel Banha da Silva — «O Crescente Interesse da Metrópole pela Vida de Além-mar». *Diário Popular*, n.º dedicado ao Ultramar Português (20 de outubro de 1961), p. 10.
- 23 Inês Vieira Gomes — «Imagens de Angola e Moçambique na Metrópole: Exposições de fotografia no Palácio Foz (1938-1960)». In Filipa Lowndes Vicente, org. — *O Império da Visão*, pp. 353-365.
- 24 Cfr. «O ministro das colónias anunciou a construção do Palácio do Ultramar no discurso que hoje

- pronunciou na sua visita ao Hospital Colonial». *Diário de Lisboa*. Lisboa. N.º 10137, p. 7.
- 25 Luís Cristino da Silva — Estudo de localização de novos edifícios públicos nas zonas de Belém e Junqueira. Lisboa, 31 de maio de 1954. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSARH 005-4720-01.
- 26 PT/TT/AOS/D-N/25/4/15; Decreto-lei n.º 40402, de 24 de novembro de 1955, dos ministérios das Finanças, das Obras Públicas e do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 257, p. 1056.
- 27 Cláudia Castelo — «Simulação e Dissimulação do Império Colonial Português em Belém, Lisboa (1940/2020): a secção colonial e o jardim botânico tropical». *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 54, p. 2.
- 28 Luís Cristino da Silva — Palácio do Ultramar. Esboçeto. Memória descritiva. Lisboa, 21 de agosto de 1952. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSEP 0272-837.
- 29 Rui de Sá Carneiro — Palácio do Ultramar. Esboço de um programa. [Lisboa], s/d [fim de 1951]. Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian — Espólio Cristino da Silva, LCS 48.1.3-48.1.5, p. 1.
- 30 José Luís Lima Garcia — *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: Da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar. 1924-1974*, pp. 743-744.
- 31 Rui de Sá Carneiro — Breves notas sobre a concepção dum Palácio do Ultramar. [Lisboa], s/d [início de 1951], p. 1. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSARH 005/125-3739/14.
- 32 *Idem*, Palácio do Ultramar. Esboço de um programa. [Lisboa], s/d [fim de 1951]. Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian — Espólio Cristino da Silva, LCS 48.1.3-48.1.5, pp. 3-4.
- 33 Decreto-lei n.º 35395, de 26 de dezembro de 1945, do Ministério das Colónias, pp. 1197-1202.
- 34 Rui de Sá Carneiro — Breves notas sobre a concepção dum Palácio do Ultramar. [Lisboa], s/d [início de 1951]. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSARH 005/125-3739/14, p. 2.
- 35 Sobre este assunto, cfr. Cláudia Castelo — *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*.
- 36 PT/TT/SGPCM-GPC/1426/00011; Decreto n.º 38727, de 23 de abril de 1952, do Ministério das Obras Públicas. *Diário do Governo: I Série*. N.º 88, p. 526; Ofício n.º 112, dirigido pelo engenheiro diretor-delegado da Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos da DGEMN, Artur Bonneville Franco, ao engenheiro diretor-geral da DGEMN. Lisboa, 15 de fevereiro de 1955. Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian — Espólio Cristino da Silva, LCS 48.5.28-48.5.63 (Correspondência: 1954-1960).
- 37 Luís Cristino da Silva — Palácio do Ultramar. Esboçeto. Memória descritiva. Lisboa, 21 de agosto de 1952. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSEP 0272-837.
- 38 *Ibidem*.
- 39 Rui de Sá Carneiro, Palácio do Ultramar. Memorando sobre a instalação dos serviços. Agência Geral do Ultramar. Lisboa, 20 de setembro de 1952. Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian — Espólio Cristino da Silva, LCS 48.5.1-48.5.20, LCS 48.5.22-48.5.27; [Rui de Sá Carneiro] — Palácio do Ultramar. Retificação do esboçeto incluindo os serviços centrais da Agência Geral do Ultramar, s/d [1952]. Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian — Espólio Cristino da Silva, LCS 48.3.1-48.3.2.
- 40 Os pareceres do Conselho Consultivo da DGEMN podem ser consultados em: Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSARH 005/125-3739/14.
- 41 Os pareceres da JNE podem ser consultados em: Serviços de Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT/MESG/AAC/JNE/G-A/01666 (Urbanização da zona marginal de Belém); Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSARH 005/125-3739/14.
- 42 «O Palácio do Ultramar será uma das grandes obras do plano de valorização da zona dos Jerónimos». *Diário de Lisboa*. N.º 13004 (21 de fevereiro de 1959), p. 10.
- 43 Carlos Krus Abecasis — «Reflexões acerca da concepção de um Palácio do Ultramar». Lisboa, 10 de dezembro de 1959. PT/TT/AOS/D-N/25/4/15, pp. 1-8.
- 44 *Ibidem*, p. 4.
- 45 *Ibidem*, p. 5.
- 46 Sobre este assunto, cfr.: Miguel Bandeira Jerónimo; José Pedro Monteiro — «Colonial Labour Internationalized: Portugal and the decolonization momentum (1945-1975)». In *The International History Review*, vol. 42, n.º 3, pp. 485-504; José Pedro Monteiro — *Portugal e a Questão do Trabalho Forçado*; José Pedro Monteiro — «'One of Those too-Rare Examples': The International Labour Organization, the colonial question and forced labour (1961-1963)». In Miguel Bandeira Jerónimo; José Pedro Monteiro, eds. — *Internationalism, Imperialism and the Formation of the Contemporary World*, pp. 221-251; Miguel Bandeira Jerónimo — «Repressive

- Developmentalisms: Idioms, repertoires, trajectories in late colonialism». In Andrew Thompson, ed. — *The Oxford Handbook on the Ends of Empires*, pp. 537-554.
- 47 Carlos Krus Abecasis, *op. cit.*, pp. 5-6.
- 48 *Ibidem*, pp. 6-7.
- 49 Sobre este tema, cfr.: Miguel Bandeira Jerónimo — «Repressive Developmentalisms: Idioms, Repertoires, Trajectories in Late Colonialism». In Andrew Thompson, ed. — *The Oxford Handbook on the Ends of Empires*, pp. 537-554; Miguel Bandeira Jerónimo — «Rural (in) Securities: Resettlement, control and 'development' in Angola (1960-1970)». *Comparativ*, vol. 27, n.º 2, pp. 75-97; Miguel Bandeira Jerónimo; António Costa Pinto — «A Modernizing Empire? Politics, culture and economy in Portuguese late colonialism». In Miguel Bandeira Jerónimo; António Costa Pinto, eds. — *The Ends of European Colonial Empires: Cases and comparisons*, pp. 51-80; Cláudia Castelo — «Developing 'Portuguese Africa' in Late Colonialism: Confronting discourses». In Joseph Hodge; Gerald Hödl; Martina Kopf, eds. — *Developing Africa: Concepts and practices in 20th century colonialism*, pp. 63-86.
- 50 Sobre esta problemática, cfr.: Rui Pereira — *Conhecer para Dominar: A antropologia ao serviço da política colonial portuguesa em Moçambique*; Frederico Ágoas; Cláudia Castelo — «Ciências Sociais, Diplomacia e Colonialismo Tardio: A participação portuguesa na Comissão de Cooperação Técnica na África ao sul do Saara (CCTA)». *Estudos Históricos*, vol. 32, pp. 409-428; Frederico Ágoas — «Estado, Universidade e Ciências Sociais: A introdução da sociologia na Escola Superior Colonial». In Miguel Bandeira Jerónimo, org. — *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*, pp. 317-347; Cláudia Castelo — «Ciência, Estado e Desenvolvimento no Colonialismo Português Tardio». In Miguel Bandeira Jerónimo, org. — *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*, pp. 349-387.
- 51 Frederico Ágoas; Cláudia Castelo — «Ciências Sociais, Diplomacia e Colonialismo Tardio: A participação portuguesa na Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA)». *Estudos Históricos*, vol. 32, pp. 409-428.
- 52 Rui Pereira — «Trinta Anos de Museologia Etnológica em Portugal: Breve contributo para a história das suas origens». In *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, pp. 569-580.
- 53 Carlos Krus Abecasis, *op. cit.*, p. 7.
- 54 *Ibidem*, p. 8.
- 55 Sobre o Palácio Burnay e os organismos do Ministério das Colónias/do Ultramar que acolheu, cfr.: Frederico Ágoas — «ISCSP(U) — Palácio Burnay». In Ana Guardiã; Miguel Bandeira Jerónimo; Paulo Peixoto, org. — *Ecos Coloniais: Histórias, patrimónios e memórias*, pp. 79-85.
- 56 Ofício dirigido pelo ministro das Obras Públicas, Eduardo de Arantes e Oliveira, ao diretor da DGEMN, Lisboa, 2 de julho de 1960. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DNISP 001-0237-02.
- 57 «Esquema provisório, servindo de base a um estudo preliminar do programa de construção». Lisboa, 4 de abril de 1955. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DNISP 001-0237-02; Ofício dirigido pelo engenheiro diretor-delegado da Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos da DGEMN, Artur Bonneville Franco, ao presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 17 de maio de 1961. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DNISP 001-0237-02.
- 58 Ofício dirigido pelo engenheiro diretor-delegado da Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos da DGEMN, Artur Bonneville Franco, ao presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 17 de maio de 1961. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DNISP 001-0237-02.
- 59 Ofício n.º 152, dirigido pelo engenheiro diretor-delegado da Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos da DGEMN, Artur Bonneville Franco, ao arquiteto Luís Cristino da Silva. Lisboa, 8 de fevereiro de 1960. Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian — Espólio Cristino da Silva, LCS 48.5.28-48.5.63 (Correspondência: 1954-1960).
- 60 João Leal — *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Etnográfica Press, 2000, p. 22-23.
- 61 Rui Pereira, *op. cit.*, p. 575; João Leal — «O Povo no Museu». *Museologia.pt.*, vol. 5, p. 99.
- 62 Portaria n.º 15737, de 18 de fevereiro de 1956, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 36, p. 232.
- 63 Cfr. Rui M. Pereira — «Uma Visão Colonial do Racismo». *Cadernos de Estudos Africanos*. 2006, vol. 9-10, pp. 129-140.
- 64 Cfr. Miguel Bandeira Jerónimo — «Repressive Developmentalisms: Idioms, repertoires, trajectories in late colonialism». In Andrew Thompson, ed. — *The Oxford Handbook on the Ends of Empires*, pp. 537-554.

- 65 Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural — Breve história do Museu do Homem Português. Lisboa, 10 de outubro de 1963. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSARH 005/125-0962/01.
- 66 Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural — Breve história do Museu do Homem Português. Lisboa, 10 de outubro de 1963. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSARH 005/125-0962/01.
- 67 Portaria n.º 19137, de 21 de abril de 1962, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 90, p. 536.
- 68 Portaria n.º 19480, de 5 de novembro de 1962, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 254, p. 1443.
- 69 Decreto-lei n.º 35395, de 26 de dezembro de 1945, do Ministério das Colónias. *Diário do Governo: I Série*. N.º 287 p. 1199.
- 70 Despacho do subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Joaquim Moreira da Silva Cunha. Lisboa, 26 de abril de 1963. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9179. Uma parte da correspondência expedida para mapear e reunir peças que seriam integradas no museu pode ser consultada em: Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0387/05976 (Museu do Ultramar: sua organização, 1963-1964). Esta comissão foi presidida pelo presidente da JIU, e formada pelos diretores dos centros de Antropobiologia (que, em 1962, substituiu o Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, estabelecido em 1954 na Escola Superior Colonial) e de Antropologia Cultural. Cfr.: Portaria n.º 19210, de 30 de maio de 1962, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 123, p. 773; Portaria n.º 14886, de 15 de maio de 1954, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 106, p. 539.
- 71 A. [António] Jorge Dias — «Memória acerca do Museu do Povo Português ou do Homem Português». Lisboa, 8 de junho de 1963. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9179.
- 72 Decreto n.º 46254, de 19 de março de 1965, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 66, pp. 344.
- 73 Decreto-lei n.º 35395, de 26 de dezembro de 1945, do Ministério das Colónias. *Diário do Governo: I Série*. N.º 287, p. 1199.
- 74 Cfr. Irisalva Moita — «Museu Etnológico Português ou Museu Nacional de Arqueologia: Um problema de identidade». *O Arqueólogo Português*, vol. 11-12, pp. 143-151; João Leal — «O Povo no Museu», *Museologia.pt.*, vol. 5, p. 94.
- 75 A. [António] Jorge Dias — «Memória acerca do Museu do Povo Português ou do Homem Português». Lisboa, 8 de junho de 1963. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9179.
- 76 *Ibidem*.
- 77 O projeto foi elaborado pela Direção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do MU, ficando a Direção dos Serviços de Pontes e Estruturas e os Serviços Elétricos daquela mesma Direção-Geral responsáveis pelos trabalhos complementares do projeto (cálculos, rede elétrica, etc.). Cfr. Informação n.º 185 sobre a situação do Museu Etnológico do Ultramar produzida pelo diretor dos Serviços de Urbanismo e Habitação, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Lisboa, 14 de setembro de 1966. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9179.
- 78 Conselho Superior de Obras Públicas — «Parecer n.º 3610 (projeto do Museu de Etnologia do Ultramar)». Lisboa, 29 de julho de 1969. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9180.
- 79 Parecer da JNE, dirigido pelo diretor-geral da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes ao diretor-geral da DGEMN. Lisboa, 18 de julho de 1964. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSARH 005/125-0962/01.
- 80 Ofício n.º 6144, dirigido pelo diretor-geral da DGEMN, José Pena Pereira da Silva, ao diretor-geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Lisboa, 29 de novembro de 1969. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9180.
- 81 Informação n.º 200 sobre o Museu de Etnologia do Ultramar, produzida pelo diretor dos Serviços de Urbanismo e Habitação, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Lisboa, 27 de agosto de 1969. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9181.

- 82 Raul Chorão Ramalho — «Enquadramento urbanístico do Museu de Etnologia do Ultramar. Parecer». Lisboa, 20 de dezembro de 1969. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSARH 005/125-0962/01.
- 83 Lucínio Guia da Cruz e António Saragga Seabra — «Projeto do edifício para o Museu do Homem Português. Processo n.º 697. Memória descritiva». Lisboa, 27 de novembro de 1963. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSEP 0590-2032.
- 84 António [Saragga] Seabra — «Anteprojecto do edifício para o Museu de Etnologia do Ultramar». Lisboa, 15 de março de 1966. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSARH 005/125-0962/01.
- 85 Parecer da JNE, dirigido pelo diretor-geral da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes ao diretor-geral da DGEMN. Lisboa, 18 de julho de 1964. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSARH 005/125-0962/01.
- 86 Ofício dirigido pelo diretor-geral da DGEMN ao chefe de gabinete do ministro do Ultramar. Lisboa, 24 de julho de 1964. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9181.
- 87 Informação n.º 231 sobre a situação do Museu Etnológico do Ultramar produzida pelo diretor dos Serviços de Urbanismo e Habitação, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Lisboa, 18 de novembro de 1966. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9179.
- 88 Informação sobre a situação do Museu Etnológico do Ultramar produzida pelo diretor dos Serviços de Urbanismo e Habitação, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Lisboa, 18 de novembro de 1966. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9179.
- 89 Informação n.º 250 sobre o «Museu Etnológico do Ultramar», produzida pelo diretor dos Serviços de Urbanismo e Habitação, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Lisboa, 15 de dezembro de 1966. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9181.
- 90 «Um Museu em Prateleiras». *Diário de Lisboa*, n.º 16238, p. 19.
- 91 *Ibidem*, p. 13.
- 92 Despacho do ministro das Obras Públicas, Eduardo Arantes e Oliveira. Lisboa, 28 de fevereiro de 1967. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9179. Sobre a possibilidade de instalar o Museu Etnológico na Cidade Universitária, cfr.: «Programa para a instalação do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos na Cidade Universitária». *Etnos*. Lisboa, 1965, vol. iv, pp. 63-74. O arquiteto Alberto Cruz realizou o estudo prévio para a instalação do museu na cidade universitária (1958) e o anteprojecto (1961). Este foi rejeitado pelo Conselho Superior de Obras Públicas (1963), baseado no pressuposto de que não corresponderia às «premissas estabelecidas no respectivo programa». Cfr. Ana Catarina Teixeira da Silva — *Património Cultural da Universidade de Lisboa: Levantamento e contributo para a sua valorização*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. Trabalho de projeto de mestrado em Museologia.
- 93 Ofício dirigido por Manuel Pimentel dos Santos, diretor-geral da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, ao diretor da Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos. Lisboa, 12 de janeiro de 1967. Despacho do ministro das Obras públicas, Eduardo Arantes e Oliveira. Lisboa, 28 de fevereiro de 1967. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9179.
- 94 Ofício n.º 2542, dirigido pelo diretor-geral da DGEMN, José Pena Pereira da Silva, ao chefe do gabinete do ministro do Ultramar. Lisboa, 18 de maio de 1967. Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA), PT DGEMN: DSARH 005/125-0962/01.
- 95 Informação n.º 39 sobre o Museu de Etnologia do Ultramar, produzida pelo diretor dos Serviços de Urbanismo e Habitação, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Lisboa, 27 de fevereiro de 1969. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9180.
- 96 Carta do presidente da Câmara Municipal de Lisboa ao ministro do Ultramar. Lisboa, 22 de fevereiro de 1971. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9180.

- 97 Informação n.º 191 sobre o projeto do Museu de Etnologia do Ultramar, produzida pelo diretor dos Serviços de Urbanismo e Habitação, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Lisboa, 28 de julho de 1972. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9182.
- 98 Informação n.º 222 sobre o concurso para a empreitada de construção do Museu de Etnologia do Ultramar, produzida pelo diretor dos Serviços de Urbanismo e Habitação, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Lisboa, 20 de setembro de 1972. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9182.
- 99 Informação n.º 227, sobre o Museu de Etnologia do Ultramar — Entidade executora, produzida pelo diretor dos Serviços de Urbanismo e Habitação, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Lisboa, 16 de outubro de 1971. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9180.
- 100 Decreto n.º 132/73, de 28 de março de 1973, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 74 (73-03-28), p. 483. De acordo com o artigo 2.º deste decreto, «os encargos resultantes da execução do contrato serão satisfeitos por conta do ‘Fundo destinado à construção,

- reconstrução, ampliação e grandes reparações de edifícios pertencentes ao património comum das províncias ultramarinas em Lisboa’, a que se refere o artigo 17.º e seus parágrafos do Decreto n.º 44252, de 24 de março de 1962». Este último decreto estabelecia, por seu turno, no seu artigo 17.º, a «quota-parte da província em encargos da metrópole», rubrica criada pelo artigo 90.º do Decreto n.º 38980, de 8 de novembro de 1952. Cfr. Decreto n.º 44252, de 24 de março de 1962, do Ministério do Ultramar — Direção-Geral de Fazenda. *Diário do Governo: I Série*. N.º 66 (62-03-24), p. 290; Decreto n.º 38980, de 8 de novembro de 1952, do Ministério do Ultramar — Direção-Geral de Fazenda. *Diário do Governo: I Série*. N.º 251 (52-11-08), p. 1127.
- 101 Informação n.º 109 sobre o Museu de Etnologia do Ultramar, produzida pelo diretor dos Serviços de Urbanismo e Habitação, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Lisboa, 28 de maio de 1973. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9182.
- 102 Obra de construção do Museu de Etnologia. Auto de vistoria para efeito da recepção provisória. 22 de junho de 1976. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9187.

Documentação e Bibliografia

1. MATERIAL DE ARQUIVO

- a) Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian — Espólio Cristino da Silva
- LCS 48.1.3-48.1.5.
 - LCS 48.3.1-48.3.2.
 - LCS 48.5.1-48.5.20.
 - LCS 48.5.22-48.5.27.
 - LCS 48.5.28-48.5.63 (Correspondência: 1954-1960).
- b) Arquivo do Forte de Sacavém (SIPA)
- PT DGEMN: DNISP 001-0237-02.
 - PT DGEMN: DNISP 001-0238/02/2.
 - PT DGEMN: DSARH 005-125-3891-02.
 - PT DGEMN: DSARH 005/125-0962/01.
- PT DGEMN: DSARH 005/125-3739/14.
 - PT DGEMN: DSARH 005-4720-01.
 - PT DGEMN: DSARH 005-4720-01.
 - PT DGEMN: DSEP 0272-837.
 - PT DGEMN: DSEP 0590-2032.
- c) Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros
- PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0387/05976 (Museu do Ultramar: sua organização, 1963-1964).
- d) Arquivo Histórico Ultramarino
- OP11970 A1/Cx. 101 MU/DGOPC/ SC. Museu do Ultramar. Edifício, 1943-1943.

- OP09173 A1/Cx. 56 MU/DGOPC/SC. Direção-Geral. Palácio das Colónias e Museu, 1943-1948.
- PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9179.
- PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9180.
- PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9181.
- PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9182.
- PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1902 (Edifício do Museu do Ultramar, 1963-1975), vol. n.º 9187.
- Vol.: 511, Cód. Dep. Atual: 1E, Fundo/Coleção: MU, 1932-1942, capilha «Processo n.º 4-180».
- Vol.: 537, Cód. Dep. Atual: 1E, Fundo/Coleção: MU, 1936-1943; GEO: C_V, GUI, ANG, MOÇ, capilha «Palácio das Colónias (construção do mesmo)».

- Vol.: 2792, Cód. Dep. Atual: 1B, Fundo/Coleção: MU. Instituto de Medicina Tropical — Jardim Museu Agrícola do Ultramar, GEO: ULT.
- e) Arquivo Nacional da Torre do Tombo
 - PT/TT/AOS/D-N/25/4/15 («Instituto de Medicina Tropical; Palácio do Ultramar; Museu do Ultramar; Escola Superior do Ultramar»).
 - PT/TT/SGPCM-GPC/1426/00011 («Ofícios referentes ao contrato para elaboração do projeto do ‘Palácio do Ultramar a edificar na Praça do Império’»).
- f) Museu Nacional de Etnologia
 - Vida e Arte do Povo Maconde — arquivo de imagem / sala de exposição (1959).
- g) Serviços de Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência
 - PT/MESG/AAC/JNE/G-A/01666 (Urbanização da zona marginal de Belém).

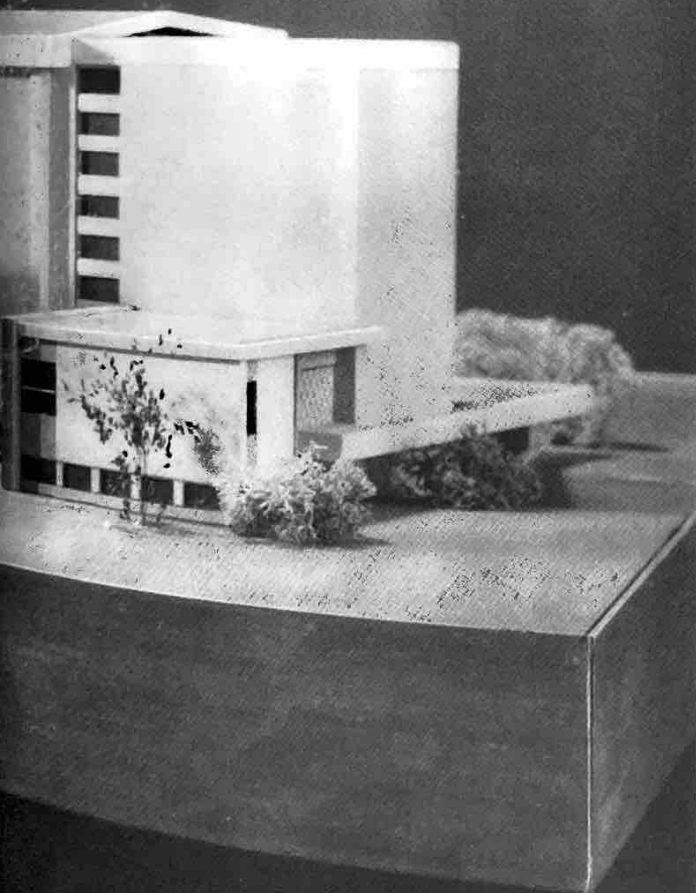
2. DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA E BIBLIOGRAFIA

- Ágoas, Frederico — «Estado, Universidade e Ciências Sociais: A introdução da sociologia na Escola Superior Colonial». In Miguel Bandeira Jerónimo, org. — *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 317-347.
- Ágoas, Frederico — «ISCSP(U) — Palácio Burnay». In Ana Guardiã; Miguel Bandeira Jerónimo; Paulo Peixoto, org. — *Ecos coloniais: Histórias, patrimónios e memórias*. Lisboa: Tinta-da-China, 2022, pp. 79-85.
- Ágoas, Frederico; Castelo, Cláudia — «Ciências Sociais, Diplomacia e Colonialismo Tardio: A participação portuguesa na Comissão de Cooperação Técnica na África ao sul do Saara (CCTA)». *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2019, vol. 32, pp. 409-428.
- Aires-Barros, Luís; Cantinho, Manuela — *Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-2015: 140 anos*. Lisboa: SGL, 2016.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. N.º 7-8 (julho-agosto de 1928).
- Castelo, Cláudia — «Simulação e Dissimulação do Império Colonial Português em Belém, Lisboa (1940/2020): A secção colonial e o jardim botânico tropical». *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, 2021, vol. 54, pp. 1-54.
- Castelo, Cláudia — «Ciência, Estado e desenvolvimento no colonialismo português tardio». In Miguel Bandeira Jerónimo, org. — *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 349-387.
- Castelo, Cláudia — «Developing ‘Portuguese Africa’ in Late Colonialism: Confronting Discourses». In Joseph Hodge; Gerald Hödl; Martina Kopf, eds. — *Developing Africa: Concepts and practices in 20th century colonialism*. Manchester: Manchester University Press, 2014, pp. 63-86.
- Castelo, Cláudia — *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.
- Chaves, Luís — «Museu Etnográfico do Império Português». In *Trabalhos do Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Porto: Edições da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, 1934, pp. 28-45.
- Decreto n.º 132/73, de 28 de março de 1973, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 74 (73-03-28), p. 483.
- Decreto n.º 132/73, de 28 de março de 1973, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 74 (73-03-28), p. 483.
- Decreto n.º 38727, de 23 de abril de 1952, do Ministério das Obras Públicas. *Diário do Governo: I Série*. N.º 88 (52-04-23), p. 526.

- Decreto n.º 38980, de 8 de novembro de 1952, do Ministério do Ultramar — Direção-Geral de Fazenda. *Diário do Governo: I Série*. N.º 251 (52-11-08), pp. 1121-1127.
- Decreto n.º 44252, de 24 de março de 1962, do Ministério do Ultramar — Direção-Geral de Fazenda. *Diário do Governo: I Série*. N.º 66 (62-03-24), pp. 288-290.
- Decreto n.º 46254, de 19 de março de 1965, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 66 (65-03-19), pp. 343-346.
- Decreto-lei n.º 35395, de 26 de dezembro de 1945, do Ministério das Colónias. *Diário do Governo: I Série*. N.º 287 (45-12-26), pp. 1197-1202.
- Decreto-lei n.º 40402, de 24 de novembro de 1955, dos ministérios das Finanças, das Obras Públicas e do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 257 (55-11-24), p. 1056.
- Diploma s/n. *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, ano de 1892, pp. 50-51.
- «Exposição de Arte Sacra Missionária». *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa. N.º 319 (janeiro de 1952), pp. 91-152.
- Garcia, José Luís Lima — *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: Da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar. 1924-1974*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- Gomes, Inês Vieira — «Imagens de Angola e Moçambique na Metrópole: Exposições de fotografia no Palácio Foz (1938-1960)». In Filipa Lowndes Vicente, org. — *O Império da Visão*. Lisboa: Edições 70, 2014, pp. 353-365.
- O Império Português na Primeira Exposição Colonial Portuguesa: Álbum-catálogo oficial*. Porto: Tipografia Leitão, 1934.
- Jerónimo, Miguel Bandeira — «Repressive Developmentalisms: Idioms, repertoires, trajectories in Late Colonialism». In Andrew Thompson, ed. — *The Oxford Handbook on the Ends of Empires*. Oxford: OUP, 2018, pp. 537-554.
- Jerónimo, Miguel Bandeira — «Rural (in)Securities: Resettlement, control and 'development' in Angola (1960—1970)». *Comparativ*. ENIUGH, 2017, vol. 27, n.º 2, pp. 75-97.
- Jerónimo, Miguel Bandeira; Monteiro, José Pedro — «Colonial Labour Internationalized: Portugal and the decolonization momentum (1945-1975)». *The International History Review*. Taylor & Francis, 2020, vol. 42, n.º 3, pp. 485-504.
- Jerónimo, Miguel Bandeira; Pinto, António Costa — «A Modernizing Empire? Politics, culture and economy in Portuguese late colonialism». In Miguel Bandeira Jerónimo; António Costa Pinto, eds. — *The Ends of European Colonial Empires: Cases and comparisons*. Basingstoke: Palgrave, 2015, pp. 51-80.
- Júnior, Joaquim Rodrigues dos Santos — «Museu Colonial». In *Congresso do Mundo Português: Publicações*, volume XIV: Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Colonial (IX Congresso). Tomo 1.º (1.ª secção). Lisboa: Secção de Congressos, 1940, pp. 101-109.
- Leal, João — «O Povo no Museu». *Museologia.pt*. Lisboa: DGPC, 2011, vol. 5, pp. 90-107.
- Leal, João — *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Etnográfica Press, 2000, p. 22-23.
- «O ministro das colónias anunciou a construção do Palácio do Ultramar no discurso que hoje pronunciou na sua visita ao Hospital Colonial». *Diário de Lisboa*. Lisboa. N.º 10137 (21 de fevereiro de 1951), p. 7.
- Moita, Irisalva — «Museu Etnológico Português ou Museu Nacional de Arqueologia: Um problema de identidade». *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1993-1994, vol. 11-12, pp. 143-151.
- Monteiro, José Pedro — «'One of Those too-Rare Examples': The International Labour Organization, the colonial question and forced labour (1961-1963)». In Miguel Bandeira Jerónimo; José Pedro Monteiro, eds. — *Internationalism, Imperialism and the Formation of the Contemporary World*. London: Palgrave, 2018, pp. 221-251.
- Monteiro, José Pedro — *Portugal e a Questão do Trabalho Forçado*. Lisboa: Edições 70, 2018.
- «Um Museu em Prateleiras». *Diário de Lisboa*. Lisboa, n.º 16238 (4 de março de 1968), pp. 13, 19.
- «O Palácio do Ultramar será uma das grandes obras do plano de valorização da zona dos Jerónimos». *Diário de Lisboa*. Lisboa. N.º 13004 (21 de fevereiro de 1959), pp. 1, 8-10.
- «O pavilhão da Agência Geral do Ultramar na Feira Popular de Lisboa». *Boletim Geral do Ultramar*. N.º 373 (julho de 1956), pp. 89-106.
- Pereira, Maria Manuela Cantinho — *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: Modernidade, colonização e alteridade*. Lisboa: FCG e FCT, 2005.
- Pereira, Rui — «Trinta Anos de Museologia Etnológica em Portugal: Breve contributo para a história das suas origens». In *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Lisboa: Instituto



Museu do Homem. Lucínio Cruz,
António Saragga Seabra. Maqueta. Circa 1963-1964.



- Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, 1989, pp. 569-580.
- Pereira, Rui — *Conhecer Para Dominar: A Antropologia ao serviço da política colonial portuguesa em Moçambique*. Lisboa: Parsifal, 2021.
- Pereira, Rui M. — «Uma Visão Colonial do Racismo». *Cadernos de Estudos Africanos*. 2006, vol. 9-10, pp. 129-140.
- Portaria n.º 14886, de 15 de maio de 1954, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 106 (54-05-15), p. 539.
- Portaria n.º 15737, de 18 de fevereiro de 1956, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 36 (56-02-18), p. 232.
- Portaria n.º 19137, de 21 de abril de 1962, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 90 (62-04-21), pp. 535-536.
- Portaria n.º 19210, de 30 de maio de 1962, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 123 (62-05-30), p. 773.
- Portaria n.º 19480, de 5 de novembro de 1962, do Ministério do Ultramar. *Diário do Governo: I Série*. N.º 254 (62-11-05), p. 1443.
- «Regulamento do Museu Colonial, e das exposições e concursos de produtos ultramarinos de 26 de janeiro de 1871 do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar». *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872, ano de 1871, pp. 99-102.
- Silva, Ana Catarina Teixeira da — *Património Cultural da Universidade de Lisboa: Levantamento e contributo para a sua valorização*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. Trabalho de projeto de mestrado em Museologia.
- Silva, Leonel Banha da — «O Crescente Interesse da Metrópole pela Vida de Além-mar». *Diário Popular*. Ano 10, N.º dedicado ao Ultramar Português (20 de outubro de 1961), pp. 10, 13.